MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos doze dias do mês fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência do Vice-Reitor **José Domingues Fontenele Neto** para deliberar sobre a pauta da segunda Reunião Ordinária de dois mil e dezenove. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC): **Almir Mariano de Sousa Júnior;** Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Luciana Angélica da Silva Nunes;** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): **Vander Mendonça;** os Conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC)**: Guymmann Clay da Silva;** Centro de Ciências Agrarias (CCA): **Ivanilson de Souza Maia;** Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Rafael Castelo Guedes Martin;** Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva;** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Emmanuel de Souza Jereissati;** Centro de Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Júnior;** Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Ricardo Paulo Fonseca Melo;** Representante técnico-administrativo: **Lissandro Arielle Vale Batista;** Representantes discentes: **Cleiton Medeiros de Araújo, Francisca Lenilda da Silva** e **Jorge Augusto Paulino da Silva.** Conselheiros com faltas justificadas: José Torres Filho, Luciana Vieira de Paiva, Edwin Luize Ferreira Barreto e Daniel Freitas Freire Martins. Conselheiros com faltas não justificadas: Francisco Edcarlos Alves Leite. **PAUTA: Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre a ata da primeira reunião ordinária de dois mil e dezenove. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos de renovação de afastamento. **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares (PGCC's) dos *campi* Mossoró, Caraúbas e Pau dos Ferros, enviados via memorando eletrônico número vinte e quatro de dois mil e dezenove (PROGRAD). **Quarto ponto:** Apreciação e emissão de parecer sobre criação do curso de especialização em Engenharia de Produção. O ponto teve a participação do servidor Breno Barros Telles do Carmo. **Quinto ponto:** Apreciação e emissão de parecer sobre criação do curso em Gestão de Projetos. O ponto teve a participação do servidor David Custodio de Sena. **Sexto ponto:** Apreciação e emissão de parecer sobre criação do curso de Componentes Curriculares Optativos para o Curso de Medicina, enviado via memorando eletrônico número vinte e seis de dois mil e dezenove (PROGRAD). O ponto teve a participação do servidor Diógenes Lopes de Paiva. **Sétimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado em Ciência e tecnologia, enviado via memorando eletrônico número vinte e cinco de dois mil e dezenove

(PROGRAD). O ponto teve a participação do presidente da comissão Matheus da Silva Menezes. **Oitavo ponto:** Outras Ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** propôs a inclusão do processo do servidor Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho no segundo ponto de pauta. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** propôs a inclusão do processo da servidora Bruna Carvalho da Silva no segundo ponto de pauta. As inclusões foram votadas e aprovadas por unanimidade. A Conselheira **Guymmann Clay da Silva** propôs a retirada do sétimo ponto de pauta, porque algumas disciplinas que tinham se tornado eletivas eram muito importantes para a formação do engenheiro e que, consequentemente, alguns servidores docentes podiam ficar com a carga horária reduzida. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** propôs a manutenção do sétimo ponto de pauta. Falou, também, que o campus Pau dos Ferros fez algumas propostas, mas que tinham sido incluídas na pauta pouco tempo antes daquela reunião e que, talvez, os conselheiros não teriam conseguido aprecia-las. O Conselheiro **Cleiton Medeiros de Araújo** propôs a retirada do sétimo ponto de pauta porque teve acesso ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apenas quando se tornou conselheiro. Falou, também, que alguns servidores disseram que não tinham participado da discussão do PCC do curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT). A Conselheira **Guymmann Clay da Silva** disse que o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) tinha se reunido e procurado a PROGRAD para esclarecimentos sobre algumas disciplinas que tinham sido modificadas e que foi proposta a formação de uma comissão para analisar aquelas modificações. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** disse que o BCT era um curso de primeiro ciclo e que tornar uma disciplina optativa era uma forma de flexibilizar o currículo. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que, em seu entendimento, o Conselho devia manter o sétimo ponto de pauta, porque o PPC tinha sido muito discutido e que foi dado um prazo até o dia primeiro de fevereiro para enviar propostas. Falou, também, que servidores de todos os *campi* tinham sido convidados para as reuniões da comissão que elaborou a proposta do PPC, mas quando um representante faltava o campus não mandava um suplente. Disse, ainda, que entendia que algumas coisas deviam ser adequadas a cada campus, mas que para aquilo acontecer, o Conselho tinha que discutir o PPC. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou em votação a manutenção do sétimo ponto de pauta, que foi aprovada por dez votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções. Em seguida, colocou a pauta, com alterações, em votação, que foi aprovada por onze votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Posteriormente, as justificativas foram votadas e aprovadas por doze votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. **PRIMEIRO PONTO.** O ponto não gerou discussão e a atas da primeira reunião ordinária, sem emendas, foi votada e aprovada por nove votos favoráveis e cinco abstenções.

SEGUNDO PONTO. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** solicitou que os processos fossem votados separadamente. Falou, também, que os processos dos servidores Luiz Carlos Aires Macedo e Miriam Karla Rocha deviam seguir a data apresentada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). Disse, ainda, que sobre o processo de Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho, o CE não teve tempo hábil de aprecia-lo, por isso iria se abster. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que o servidor Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho tinha enviado um *e-mail* com a justificativa do atraso do pedido de renovação. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou em votação o processo de Luiz Carlos Aires Macedo, que foi aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. Colocou, então, o processo da servidora Miriam Karla Rocha, que foi aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. O processo do servidor Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho foi votado e aprovado por sete votos favoráveis, um contrário e seis abstenções. Por fim, o processo da servidora Bruna Carvalho da Silva foi votado e aprovado pro onze votos favoráveis e três abstenções. O Conselheiro **Vander Mendonça** informou que em reunião com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), ficou decidido que a PROPPG não daria um parecer, mas sim um despacho com a deliberação favorável ou desfavorável. Falou, também, que o motivo da troca era porque a PROPPG não tinha autoridade de dar um parecer e que a data do período do afastamento seria informada pela PROGEPE. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** sugeriu um parecer jurídico esclarecendo o assunto para não gerar dúvidas. **TERCEIRO PONTO:** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que com relação aos cadastros, que não fosse muito alterado o conteúdo programado nos *campi* que ofertassem a disciplina, pois tinham que ter no mínimo oitenta por cento de conteúdo equivalente. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que a questão da equivalência tinha sido muito discutida e que algumas disciplinas em comum dos *campi*, principalmente de BCT, ficavam com os conteúdos diferentes e que o novo PPC tinha um dispositivo que iria ajudar naqueles casos. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que a PROGRAD estava usando uma base de dados para disponibilizar os componentes curriculares *online*; que os programas de disciplina não estavam incorporados ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e que tentaram incorporar aquela base de dados no SIGAA, mas que não conseguiram incorporar todos os programas de disciplinas e, por isso, solicitou que os chefes de departamentos fizessem a inserção dos novos os componentes no SIGAA. Sem propostas, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em votação, que foi aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. **QUARTO PONTO:** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Manoel Quirino**

da Silva Júnior propôs a participação do servidor Breno Barros Telles do Carmo, que era o idealizador da proposta. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado **Breno Barros Telles do Carmo** disse que o curso tinha sido ofertado em dois mil e onze, mas tinha sido descontinuado e, por isso, foi feito uma nova proposta com ementas atualizadas e que acreditava que teriam um mercado potencial interessante porque a Engenharia de Produção ajudava a melhorar a produtividade das indústrias e das ofertas de serviço da região e que aquele era o motivo pelo qual estavam solicitando a criação do novo curso. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que o curso em questão era muito importante, uma vez que os egressos do BCT estavam cursando como segunda engenharia a Engenharia de Produção e que era interessante oportunizar cursos de pós-graduação para os egressos já que não tinha tantas vagas disponíveis para que fizessem uma segunda graduação. O Conselheiro **Emmanuel de Souza Jereissati** disse que queria saber se um servidor afastado podia participar do corpo docente da especialização. O convidado **Breno Barros Telles do Carmo** disse que se não fosse possível o servidor participar da proposta e nem de ministrar a disciplina, o mesmo poderia ser substituído. Sem propostas, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em votação, com a ressalva de que se algum servidor estivesse afastado fosse substituído por outro de perfil equivalente, que foi aprovado por doze votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. **QUINTO PONTO:** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** propôs a participação do servidor David Custodio de Sena. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado **David Custodio de Sena** disse que a criação da especialização de Gestão de Projetos era um demanda antiga da instituição e que não existia na região. Falou, também, que era uma oferta de curso que acreditava que teria uma boa demanda. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** sugeriu que fosse feita uma revisão do corpo docente e se tivesse algum servidor afastado, que fosse feita a substituição do mesmo. Sem propostas, colocou o ponto em votação, que foi aprovada por unanimidade. **SEXTO PONTO:** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o ponto em discussão. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** disse que uma das disciplinas tinha como pré-requisitos terminar o quarto período do curso, mas que o correto era destacar quais eram as disciplinas que seriam pré-requisitos. Falou, também, que a disciplina de Farmacologia estava com a carga horária de cento e vinte horas. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que o que tinha sido entendido era que o item teórico-prático seria a somatória dos itens teórico e prático e, por isso, a carga horária ultrapassava as sessenta horas. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** disse que o Conselho podia criar as disciplinas e, posteriormente, aprovar o programa, uma vez que voltaria para deliberação. O Conselheiro **Cleiton Medeiros de Araújo** disse que, com relação a

disciplina de Finanças Pessoais para Médicos, em seu entendimento, foi uma nomenclatura muito específica e que era favorável a criação da disciplina para todos os cursos. Falou, também, que na disciplina de Comunicação Científica tinha que rever alguns termos da ementa, porque podiam ser pejorativos. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, propôs a participação do servidor Diógenes Lopes de Paiva. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado **Diógenes Lopes de Paiva** disse que a disciplina de Finanças Pessoais para Médicos recebeu aquele nome porque era voltado para o curso de Medicina, mas que devia ser um componente comum a todos os cursos. Falou, também, que o objetivo não era capitalizar a medicina, pois o modelo de curso de Medicina da UFERSA era bem abrangente e visava desenvolver várias habilidades no profissional e que tinha uma parte de humanização muito forte no currículo, mas dentro daquele perfil, tinha entendido que o conhecimento de finanças era algo necessário também. Disse, ainda, que o conhecimento financeiro era básico para que o profissional pudesse exercer sua profissão com desenvolvimento pessoal e profissional. Informou, também, que a disciplina em questão era optativa. O Conselheiro **Cleiton Madeiros de Araújo** disse que os termos o assustava e preocupava quando se pensava em como o profissional sairia da Universidade, mas que concordava com o convidado Diógenes Lopes de Paiva sobre a importância da disciplina. Falou, também, que o componente em questão tinha que ser discutido e melhorado. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que concordava com a fala do conselheiro Cleiton Madeiros de Araújo sobre o modo que a disciplina tinha sido exposta. Falou, também, que a disciplina poderia ter termos mais genéricos e não ter muita especificação e que seria interessante adequar o nome da disciplina de finanças, podendo ser ofertada, posteriormente, para outros cursos. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que precisavam decidir a nomenclatura da disciplina e que, com relação aos termos, deviam parar de pensar que qualquer termo técnico nas áreas de finanças e gestão agredia e que os mesmos deviam ser desmitificados para os discentes. Falou, ainda, que os discentes precisavam do viés capitalista e de desenvolvimento. O Conselheiro **Cleiton Madeiros de Araújo** disse que discordava da fala do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins, pois termos eram muitos perigosos e que entendia que os discentes tinham que ter o viés capitalista, mas que tinham que ter cuidado com o que se escrevia na ementa do curso, pois se os termos fossem muito fortes, podiam trazer uma ideia que não seria interessante para a Universidade. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que o que era interessante para UFERSA e o que eram os “termos fortes” era uma opinião muito abrangente e que, se mudassem o nome da disciplina, teriam que mudar toda a bibliografia. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que o curso de Medicina era tradicional na história brasileira e que, assim como em outros cursos, estava passando por um processo de financeirização. Falou, também, que era triste ver o discurso de que a Universidade precisava

se adequar ao mercado, pois aquela era uma casa da ciência e estava passando por um intenso processo de financeirização e, por isso, concordava com o conselheiro Cleiton Madeiros de Araújo sobre a necessidade de ter cuidado com os termos. Falou, também, que a disciplina tinha o mesmo sentido de ensinar finanças em qualquer área do saber, porém área do saber era a produção de ciência com qualidade e ética, portanto ensinar finanças não era ciência. Disse, ainda, que tinham que ter cuidado com os termos e com os conteúdos ministrados. Concluiu sua fala dizendo que o curso de Medicina era humanizador e que não era contra a disciplina, mas que não tinha argumentos que justificassem a importância da disciplina. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Mendonça Nunes** disse que o nome "Gestão Financeira" para a disciplina de Finanças para Médicos foi aprovado em ata, deixando a disciplina menos explícita. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que nome da disciplina era mudado a partir do ementário e do conteúdo da disciplina. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que no conteúdo da disciplina não tinha nada restrito a carreira médica. Falou, também, que o tópico era controverso, mas que finanças pessoais era importante para que o indivíduo pudesse programar sua estabilidade financeira e que apenas sugeriu a mudança de nome porque o mesmo tinha sido sugerido na ata aprovada da assembleia de departamento. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** propôs a emissão de um parecer sobre a disciplina, para que retornasse para o departamento e fosse discutida a questão do nome da disciplina para abranger mais cursos. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que existia a aprovação na assembleia de departamento de um nome e que se o nome no formulário estava diferente, considerava como erro de digitação, pois tinha validade apenas o nome aprovado na assembleia de departamento. Falou, também, que se o Conselho aprovasse a disciplina como foi aprovada no departamento, a mesma era criada e, com todas as sugestões apresentadas, o servidor responsável pela disciplina iria fazer uma ementa que atendesse aos pensamentos dos conselheiros do CONSEPE. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que, ao consultar a ata da assembleia de departamento, observou que foi aprovada a proposta de uma disciplina sobre gestão pessoal e, portanto, não que deveria ter aquele nome; e por isso o nome apresentado ao CONSEPE estava diferente. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou em votação a disciplina de Farmacologia e Plantas Medicinais. Que foi aprovado por treze votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, colocou em votação a proposta do conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo, para que a disciplina de Finanças para Médicos retornasse ao departamento, onde seria discutida sua ampliação para outros cursos e retornar na próxima reunião do Conselho, foi aprovada por oito favoráveis, um contrário e três abstenções. Por fim, colocou a disciplina de Comunicação Científica em votação, que foi aprovada por doze votos favoráveis e duas abstenções. **SÉTIMO PONTO:** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o ponto em

discussão e propôs a participação do convidado, o presidente da comissão Matheus da Silva Menezes. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O convidado, **Matheus da Silva Menezes** disse que o PPC tinha surgido pela necessidade de rever e atualizar o curso, que estava com quase dez anos de funcionamento, e precisava de melhorias. Falou, também, que foi montada uma comissão multidisciplinar e multi*campi* que trabalhou no sentido de deixar o curso mais flexível, deixando o discente mais confortável para escolher. Disse, ainda, que representações de todas as áreas foram ouvidas e, com base naquela participação, foi montada a proposta de atualização do PPC do curso de BCT. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que escutou vários comentários positivos e negativos sobre o PPC, mas que, em seu entendimento, o curso tinha que passar por uma reformulação, que era comum a todos os cursos. Falou, também, que tinha uma incompatibilidade de conteúdo de ementário na disciplina de Filosofia da Ciência, pois era uma disciplina totalmente diferente de Metodologia Cientifica. Falou, também, que a turma de Metodologia Cientifica e a turma de Filosofia da Ciência eram diferentes de diferentes *campi*. Disse, ainda, que a proposta do Centro foi chamar a comissão e rediscutir aquela questão e que, quando a demanda for para o CCSAH, teriam que chamar um servidor específico para ministrar a disciplina. Disse, também, que, sobre a carga horária das disciplinas tradicionais nas CCSAH, achava estranho os argumentos alegados pela comissão de Economia para que se mantivesse a carga horária de trinta horas, e de não sessenta horas da disciplina, pois não ficou claro na proposta. Concluiu sua fala dizendo que as sociologias iriam manter a carga horária de sessenta horas e que o que tinha sido deliberado no Centro foi de que o processo devia continuar, mas que a comissão de Economia fosse chamada para complementar a proposta, para que não aprovasse um documento e criasse um conflito interno de gestão, uma vez que as demandas aparecessem. Disse que o Conselho de Centro aprovou a proposta, mas com a condição de rediscuti-la. O convidado **Matheus da Silva Menezes** disse que sobre a questão da carga horária de Economia, tinha sido uma proposta dos próprios servidores e que com a redução da carga horária de economia, foram criadas duas disciplinas optativas de economia, o que possibilitava a flexibilidade do currículo do discente. Falou, também, que sobre Filosofia da Ciência e Metodologia Cientifica, foi um consenso na comissão que optar por Filosofia da Ciência, mas como existia uma disciplina com o mesmo nome e com conteúdo deferentes, foi sugerido mudar a nomenclatura para Filosofia da Ciência e Método Científico e que o formato da ementa tinha sido sugerido pelo grupo de Filosofia. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que o grupo de Filosofia não se resumia ao campus sede. O convidado, **Matheus da Silva Menezes** disse que tinham representantes de cada campus na comissão que deviam levar o que estava sendo deliberado na comissão para que os *campi* tomassem ciência. Falou, também, que os membros da comissão pediram a contribuição dos colegas, mas não recebiam respostas, e que a comissão trabalhou com as respostas que tinha recebido. O Conselheiro

Ângelo Magalhães Silva fez uma ressalva sobre como as propostas deviam ser formalizadas para que não existisse informações controversas. Perguntou, então, quais tinham sido os argumentos da comissão que justificassem a mudança de critérios da carga horaria da disciplina de Economia e de nome de disciplinas. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que a reformulação do curso em questão era muito importante, pois tinham um curso bastante engessado e precisavam de um flexibilização porque o quantitativo de disciplinas obrigatórias era muito grande e tinham componentes curriculares obrigatórios que não eram necessários dentro das diretrizes curriculares dos cursos de segundo ciclo e, por isso, deixaram como obrigatórias as disciplinas que tinham real interesse em todas as engenharias. Disse, ainda, que outro ganho que a proposta trazia eram componentes optativos que não eram ligados a nenhuma engenharia, o que trazia o perfil interdisciplinar do bacharelado. Disse, também, que o projeto iria formalizar um PPC único para ter uma sincronia entre todos os *campi* da UFERSA que ofereciam o curso; que oferecia uma forma eficiente de fazer uma discussão entre os *campi*, sugerindo que as modificações fossem discutidas em todos os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) e, a partir daquelas discussões, ser aprovadas por uma comissão permanente formada pelos coordenadores de curso. Falou que entendia a preocupação do conselheiro Ângelo Magalhães Silva sobre as disciplinas, mas que o método mais eficiente de deliberar aquele assunto era aprovar o PPC para formalizar a comissão permanente e instituir que as discussões deviam ser feitas nos NDE's. Concluiu sua fala dizendo que o PPC precisava de algumas adequações, mas que podiam aprova-lo para entrar em vigor no semestre de dois mil e dezenove, ponto, dois e que retornasse apenas para fazer os ajustes. O Conselheiro **Cleiton Medeiros de Araújo** disse que pediu a retirada do ponto no início da reunião, mas que, em seu entendimento, as mudanças eram boas e que era favorável a aprovação. Falou, também, que comissões por área podiam ser criadas com a aprovação do PPC para que se definisse uma diretriz para o curso e, assim, não prejudicar a mobilidade do discente. A Conselheira **Guymmann Clay da Silva** disse que com relação as disciplinas que tinham se tornado eletivas, alguns servidores docentes podiam ficar com uma caga horária reduzida. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** aproveitou a discussão para falar sobre a importância de formalizar as solicitações de respostas sobre o PPC em questão, para que as comissões ficassem amparadas. O Conselheiro **Almir Mariano de Souza Júnior** parabenizou a comissão pelo trabalho e disse que o comitê de extensão deliberou que, na parte de extensão universitária, devia acrescentar a política de incentivo de extensão através de fornecimento de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC) e acrescentar, também, a Central de Empresa Júnior que foi criada pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Falou, também, que o comitê de extensão estava preocupado com o atendimento da nova resolução que tratava da creditação da extensão, mas que entendia que aquela discussão podia ser tratada em outro momento para repensar como a

creditação dos dez por cento da carga horária deveria ser implementada na estrutura curricular. Informou, então, que a Universidade tinha três anos para implementar a creditação em todos os cursos. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** parabenizou a comissão pelo trabalho e disse que, na discussão do PPC, iriam surgir críticas e casos de servidores dizendo que não participaram da discussão. Falou, também, que a Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) tinha informado, através do *e-mail* institucional, a data limite para enviar as sugestões em relação ao PPC para a PROGRAD e que, uma vez que a proposta tinha chegado ao campus, todos os Conselhos de Centros tiveram a oportunidade de discutir e enviar sugestões. Disse, ainda, que as proposições do campus Pau dos Ferros, enviadas dia primeiro de fevereiro do corrente ano para a PROGRAD, deviam ser discutidas em algum momento. Concluiu sua fala dizendo que deviam aprovar o PPC e, ao longo do semestre de dois mil e dezenove, ponto, um, as propostas seriam discutidas e, posteriormente, a estrutura curricular voltaria para apreciação do Conselho. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** perguntou o que tinha sido feita com as propostas enviadas. Disse que mencionar os cursos de segundo ciclo no PPC era uma situação difícil, pois tinha o risco de algum curso ser extinto e que se preocupava com a aprovação do PPC para o início do semestre de dois mil e dezenove, ponto, dois, pois se o mesmo fosse aprovado naquela reunião e ainda tivesse ajustes, teriam que passar uma nova estrutura, diferente daquela aprovada no PPC do curso, mas que se não tivessem discentes matriculados no novo PPC, aquelas mudanças não iriam prejudica-los. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que tinha algumas considerações referentes ao corpo do texto do PPC, que eram as recomendações dadas pela PROGRAD e que o texto tinha que citar as garantias para quem tinha certas dificuldades ou deficiências, como a lei de proteção dos direitos de pessoas com transtorno do espectro autista, a lei que trata sobre as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as leis sobre políticas de educação ambiental e a lei sobre a disponibilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois eram muito importantes e, com as avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tinha a necessidade da existência daquelas pautas no PPC, assim como finalizar com o tópico de referência bibliográfica. Falou, também, que, a respeito da proposta do PPC entrar em vigor no semestre de dois mil e dezenove, ponto, dois, a principal motivação era para que as engenharias tivessem a possibilidade de se adequarem, para não desentoar as grades do curso de BCT com as grades dos cursos de engenharias no campus sede e nos *campi* fora da sede. Concluiu sua fala dizendo que, a respeito da creditação da extensão, estava em deliberação no Ministério da Educação (MEC) desde dois mil e quatorze e que o interessante seria, primeiramente, institucionalizar aquele assunto na Universidade para que os cursos pudessem se adequar. Por fim, parabenizou o trabalho da comissão. O Conselheiro **Almir Mariano de Sousa Júnior** disse que o Conselho Nacional de Educação tinha aprovado a resolução número sete de dezoito de dezembro de

dois mil e dezoito, que passou a exigir a creditação da extensão. Falou, também, que, sobre a discussão do assunto na UFERSA, a PROGRAD encaminhou uma portaria e montou uma comissão para trabalhar e discutir a creditação entre todas as unidades acadêmicas e que a PROEC e a PROGRAD tinha se reunido para instrumentalizar e trazer a discussão para o Conselho e regulamentar em nível de Universidade. Disse, ainda, que deviam rever a aprovação acelerada dos novos PPC's porque teriam que ser reformulados para atender a creditação da extensão. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que não tinha nenhuma proposta de não aprovar o PPC, mas apenas alguns solicitações de alterações na estrutura e que a discussão do CCSAH sobre as disciplinas, trazida pelo conselheiro Ângelo Magalhães Silva, podia ser, eventualmente, uma mudança de ementa o que resultaria em um novo PPC. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que sua proposta era aprovar o documento com estava e que o ajuste de disciplinas fosse feito com a equipe do campus Angicos. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que uma forma de não alterar o PPC era de que, se caso fosse preciso modificar alguma ementa, que fosse criada uma nova disciplina e tirasse a antiga da estrutura. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que o PPC tinha diversas observações e, por isso, era importante observar a necessidade da PROGRAD, em sendo aprovado o PPC, colocar em funcionamento através de portaria a comissão para o estudo de avaliação da própria estrutura. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que seria interessante o Conselho definir uma data limite para a comissão trabalhar e sugeriu que fosse dois mil e dezoito, ponto, dois porque se deixasse em aberto corria o risco de não estar pronto no final de dois mil e dezenove, ponto, um. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** sugeriu que fosse enviado um memorando eletrônico para que todos os Diretores de Centro fizessem uma reunião extraordinária especificamente para discutir o PPC e, assim, trazer as propostas finais para que fossem passadas para a comissão e, em seguidas, trazidas para o Conselho. Falou, também, que tinha uma preocupação sobre em que momento as propostas do campus Pau dos Ferros iriam ser discutidas. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que o NDE de cada campus devia fazer a discussão das sugestões e definir o que iria para a comissão de coordenadores de cada campus. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que, para esclarecer o assunto, no próprio PPC tinha a menção da comissão formada pelos presidentes dos NDE's e que as alterações deviam ser discutidas nos NDE's. Falou, também, que se a discussão no NDE's não acontecia, era responsabilização do presidente do NDE daquele determinado curso. Propôs, então, uma vez que as discussões sobre o PPC eram pontuais, aprova-lo e fazer com que a comissão atuasse de forma célere. Disse, ainda, que a PROGRAD devia discutir de que forma iria acontecer a migração dos discentes e como haveria a implantação da nova matriz. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que, com a aprovação final da estrutura,

a PROGRAD faria um trabalho em cada campus para explicar o novo PPC para os discentes. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** perguntou qual seria comissão que daria o parecer das propostas do campus Pau dos Ferros. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que seria a comissão composta pelos presidentes dos NDE's, pois uma vez aprovado o PPC, era reponsabilidade da comissão discuti-lo para que o CONSEPE pudesse deliberar as atualizações. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** sugeriu que o CONSEPE discutisse, na próxima reunião e após a reunião dos presidentes dos NDE's, a estrutura do PPC com as alterações feitas pelos NDE's. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que o PPC possuía um dispositivo que garantia a atualização harmoniosa a qualquer tempo e que se aprovassem o PPC do jeito que estava não precisavam ficar dando prazos, pois os NDE's existiam para atualizar os PPC's a medida que achassem que fosse necessário. Falou, também, que a preocupação do Conselho era aprovar um documento que estava sendo gestado há dois anos e meio por uma comissão e que era necessário para o bom funcionamento das engenharias. Disse, ainda, que se aprovassem o PPC, que os NDE's e as áreas pudessem discutir ao seu tempo e que chegassem ao CONSEPE um documento finalizado. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que, quando pensavam em um prazo para realização das alterações, não era para limitação, mas para que tivessem tempo hábil de realizar todas as adequações e trâmites para viabilizar o funcionamento do PPC em dois mil e dezenove, ponto, dois. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** propôs que a comissão formada pelos presidentes dos NDE's tivesse um prazo de trinta dias para trazer, na próxima reunião do CONSEPE, a estrutura do PPC com as propostas do campus e dos Centros analisadas. Por fim, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o PPC do curso de BCT, em votação, com os ajustes pontuados, que foi aprovado por sete votos favoráveis, dois contrários e cinco abstenções. O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** disse que tinha sido dado um prazo até dia primeiro de fevereiro do corrente ano para enviar as propostas; que o campus Pau dos Ferros tinha feito uma reunião e enviado as sugestões dentro do prazo e que, se os demais Centros não fizeram, respeitava a decisão dos mesmos. Falou, também, que tinha enviado as propostas para os conselheiros mas que aprovaram o PPC sem analisar as vinte e quatro propostas do campus Pau dos Ferros. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que ainda iria colocar em votação se a comissão teria, ou não, um prazo para analisar todas as propostas. O Conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** disse que a comissão em questão passou a existir com a aprovação do PPC. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Júnior** propôs dar um prazo até o final do corrente semestre letivo para a comissão. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou em votação o prazo da implantação do PPC, que seria a partir do semestre de dois mil e dezenove, ponto, dois, que foi aprovado por dez votos favoráveis e

quatro abstenções. Por fim, colocou em votação a proposta do conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo, de dar um prazo de trinta dias para comissão permanente dos NDE's apresentar ao Conselho as eventuais alterações ao PPC aprovado, que foi aprovada por dez votos favoráveis e quatro abstenções. **OITAVO PONTO (OUTRAS OCORRÊNCIAS):** O Conselheiro **Vander Mendonça** convidou todos para o primeiro fórum de biodiversidade da UFERSA, promovido pela PROPPG, por conta da lei de biodiversidade, que seria implementada em breve, e do cadastro no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SISGen). O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que participar daquela palestra era muito importante, pois todo pesquisador que trabalhasse na área biológica e econômica teria que cadastrar a pesquisa no SISGen. A Conselheira **Guymmann Clay da Silva** disse que foi solicitado que a resolução sobre afastamento fosse revista, pois segundo o Conselho de Centro, alguns afastamentos eram feitos de formas erradas e que a resolução tinha muitas brechas para interpretação. Falou, também, que o Conselho de Centro solicitou uma motivação para os pontos de pauta. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, solicitou que o campus de Caraúbas fizesse uma proposta com relação a resolução de afastamento para que fosse apreciada pelo CONSUNI. Falou, também, que a questão da pauta era feita pela questão da necessidade de discutir alguns assuntos. O Conselheiro **Emmanuel de Souza Jereissati** disse que foi feito um questionamento no Conselho de Centro sobre o fluxo do encaminhamento dos Programas Gerais dos Componentes Curriculares (PGCC's), pois era atribuição do Conselho de Centro deliberar sobre criação, alteração ou extinção de disciplinas, mas que discutiam aquilo apenas quando tinham sido encaminhadas ao CONSEPE. Falou, também, que o pessoal do curso de Medicina estava tendo problemas com a distribuição da carga horária. Parabenizou, então, a PROPPG pelo fórum. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que, com relação aos PGCC's, solicitou a PROGRAD que encaminhasse um memorando eletrônico falando sobre a necessidade do servidor docente fazer o cadastro, já que o mesmo sabia da especificidade da disciplina que ministrava. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que era importante ressaltar a necessidade de atualização bibliográfica, definindo aquilo que era básico e complementar, para que se adequassem melhor as exigências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que queria saber se o PGCC do curso de Engenharia de Petróleo viria na próxima reunião, pois tinha sido acordado que o PGCC em questão viria na reunião seguinte à aprovação do PPC do curso de BCT. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** disse que existia a necessidade de aprovação do PGCC do curso de Engenharia de Petróleo porque tinha discentes selecionados. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** disse que, sobre a questão dos cadastros dos PGCC's, cabia ao chefe de departamento lembrar aos servidores do cadastro. Falou, também,

que quanto a questão do fluxo dos PGCC's, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) tinha apenas a aprovação do departamento e que o departamento tinha que encaminhar para o Centro para aprovação. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que a resolução que tratava sobre os Centros, falava sobre criação de disciplinas, e não em programas de disciplinas. O Conselheiro **Lissandro Arielle Vale Batista** disse que era obrigação dos NDE's de cada curso fazer as atualizações do PPC e que não tinha a necessidade de criar uma comissão, porque o sistema de avaliação estava cobrando atuação dos NDE's, mas que no caso do BCT era justificável a criação de uma comissão por envolver muitos cursos. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** disse que tinha saído o novo edital do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). O Conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** perguntou se iria vir na minuta de resolução de carga horária algo que estabelecesse alguma carga horária para o servidor que orientava TCC ou estágio. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que aquela questão podia entrar na minuta, mas tinham que ver como estava sendo feita a discussão da mesma. Falou, também, que uma discussão interna era que, após aprovar a minuta sobre de carga horária, poderiam rever a resolução que tratava sobre progressão docente. A Conselheira **Luciana Angélica da Silva Nunes** informou que teriam mais uma edição do seminário dos processos administrativos da PROGARD em cada um dos *campi*. Após considerações sobre eventos e demandas institucionais e nada mais havendo a discutir, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto,** agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, **Cibelle dos Santos Carlos Amorim**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia treze de março de dois mil e dezenove, segue assinada pelo Presidente em exercício do CONSEPE, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente em exercício:

José Domingues Fontenele Neto_____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:

Guymmann Clay da Silva_____

Centro de Ciências Agrarias – CCA:

Ivanilson de Souza Maia _____

Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:

Rafael Castelo Guedes Martins _____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:

Emmanuel de Souza Jereissati _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:

Ângelo Magalhães Silva_____

Centro de Engenharias – CE:

Manoel Quirino da Silva Júnior _____

Pró-Reitores:

Almir Mariano de Sousa Júnior (PROEC) _____

Luciana Angélica da Silva Nunes (PROGRAD)_____

Vander Mendonça (PROPPG) _____

Representante Discente:

Cleiton Medeiros de Araújo _____

Francisca Lenilda da Silva _____

Jorge Augusto Paulino da Silva

Representante técnico-administrativo

Lissandro Arielle Vale Batista_____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Cibelle dos Santos Carlos Amorim_____